



FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE

CNPJ: 84.953.579/0001-05

Av. Castelo Branco, 170 - CEP 88.509-900

Lages – SC

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em Reais

### 1) ATIVIDADE OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC é uma entidade educacional, regional, com área de abrangência compreendendo o Planalto Serrano Catarinense, de caráter comunitário, sem fins lucrativos, pública de direito privado, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 94364 de 22.05.87, publicado no DOU de 25.05.87, criada pela Lei municipal nº 005 de 14.03.69, consolidada pela Lei Complementar Municipal nº 092 de 01.04.98, tendo como objetivo principal o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance.

#### APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – conforme RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12, que *Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros*, em consonância com o Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2002; com a Lei das Sociedades por Ações, Lei Federal nº 6.404/76 e demais atos normativos aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A empresa observa o regime de competência para o registro das transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

- **Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes** – No Balanço Patrimonial os ativos e obrigações vincendos, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou expectativa de realização superiores a 12 meses, são classificados como itens não circulantes;
- **Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata** - Estão demonstrados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço;
- **Créditos a receber de clientes** - Referem-se a créditos a receber por vendas a prazo de bens/serviços, com valores efetivamente faturados e estão pré-fixados;
- **Créditos a receber – outros** – referem-se a créditos a receber decorrentes das atividades operacionais acessórias, vinculados a convênios e créditos de clientes em cobrança administrativa ou judicial e estão demonstrados pelo valor contratado ou do acordo pré-fixados;
- **Créditos Operacionais – adiantamentos** – referem-se a adiantamentos operacionais a fornecedores, salários e férias de funcionários e estão demonstrados pelo valor original do adiantamento;

- **Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa** – constituída com base na análise de risco provável das contas a receber e seu montante estimado é considerado adequado para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes;

- **Impostos a Recuperar** – estão contabilizados pelo valor original e, classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal;

- **Estoques** - constituído de material de consumo, material de expediente e livros da editora e estão avaliados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao custo de reposição;

- **Direitos Realizáveis a Longo Prazo** – referem-se: **a)** créditos a receber de clientes sub judice demonstrados pelo valor contratado/acordo pré-fixados; **b)** saldo residual de depósito judicial de IRRF, demonstrado pelo valor original dos depósitos; **c)** depósitos trabalhistas/cíveis, demonstrados pelo valor original dos depósitos;

- **Investimentos permanentes** – referem-se a aplicações em cotas de capital da Sicred e estão registrados pelo custo de aquisição;

- **Imobilizado** - Os bens e direitos do ativo não circulante – imobilizado: **a)** bens em operação - estão registrados ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos: os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica estimada dos mesmos; **b)** bens em construção - estão registrados pelo custo de aquisição e ou construção;

- **Intangível** - Os direitos do ativo não circulante – intangível, refere-se aos custos de software reconhecidos como ativo e, são amortizados durante sua vida útil e econômica estimada em cinco anos;

- **Adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC PME 17** - Para efeito da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC PME 17 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Resolução CFC Nº 1.263/09, a Instituição não promoveu quaisquer ajustes no valor dos seus bens, por entender a Administração, de que os mesmos se encontram registrados por valores que refletem adequadamente a situação econômica;

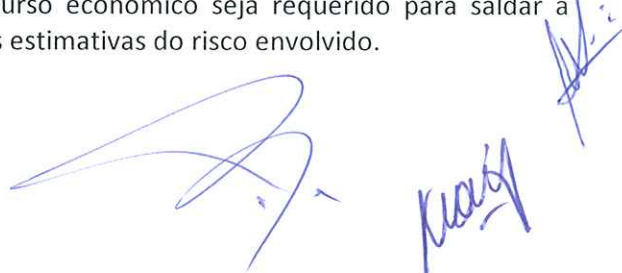
- **Método de depreciação e amortização** – Os métodos de depreciação e amortização são compatíveis com a vida útil econômica do ativo, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.136/08, que aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, combinado com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Secção 17, aprovada pela Resolução CFC Nº 1255/09.

A escrituração contábil da empresa aloca o valor depreciável dos ativos em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta. A Administração da empresa está ciente que deverá revisar seu método atual de depreciação sempre que tenha indicação de mudança relevante no padrão pelo qual a empresa espera consumir os benefícios econômicos futuros dos seus ativos.

A escrituração contábil da empresa aloca a amortização para ativos pertinentes, quando corresponde à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

- **Passivo circulante e não circulante** – são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço;

- **Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



- **Utilização de estimativas** - Na preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas que afetam os valores apresentados nas mesmas e, em decorrência disso, os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

### 3) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Natureza	31-12-2016	31-12-2015
Fundo Fixo	2.966	2.000
Depósitos bancários à vista	273.101	524.087
Aplicações financeiras de liquidez imediata	31.444.878	3.446.891
<b>TOTAL</b>	<b>31.720.945</b>	<b>3.972.978</b>

### 4) CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER DE ATIVIDADES FINIS

#### 4.1. Créditos a Receber de clientes

Descrição do crédito	31-12-2016	31-12-2015
Mensalidades a receber	6.250.990	8.921.567
Cheques devolvidos	11.452	178.257
<b>Total</b>	<b>6.262.442</b>	<b>9.099.824</b>
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.942.711)	(3.514.544)
<b>Saldo Líquido a Receber</b>	<b>3.319.731</b>	<b>5.585.280</b>

A estimativa para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

#### 4.2. Créditos a Receber – Outros

Descrição do crédito	31-12-2016	31-12-2015
Fies a receber	1.199.377	336.466
Alugueis centro de convivência a receber	17.389	9.668
Alugueis a receber CCJ	1.029	1.058
Ações de cobrança a receber	-	306
Termo de confissão /renegociação de dívida a receber	147.701	557.700
Condomínio Midilages a receber	16.654	12.965
Cobrança judicial a receber	1.163.460	1.355.733
Outras Contas a Receber	55.194	90.063
Termo novação dívida a receber	287.411	401.474
Condomínio centro de convivência a receber	934	1.652
Mensalidade quitada por ajuste com fornecedor	-	4.618
Contrato de novação/divida receber de cliente	5.358	6.252
Cartão de Crédito a Receber	203.952	124.197
<b>Total</b>	<b>3.098.458</b>	<b>2.902.152</b>
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.389.976)	(1.997.020)
<b>Saldo Líquido a Receber</b>	<b>1.708.483</b>	<b>905.132</b>

A estimativa para perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

#### 4.3. Créditos Operacionais – Adiantamentos

Descrição do crédito	31-12-2016	31-12-2015
Adiantamentos a empregados	8.437	9.558
Adiantamento para fornecedores	230	100
Adiantamentos diversos	-	2.709
Adiantamento de férias a empregados	1.785.999	1.733.742
<b>TOTAL</b>	<b>1.794.666</b>	<b>1.746.109</b>

#### 4.4. Tributos e Contribuições a Recuperar

Descrito do crédito	31-12-2016	31-12-2015
IRRF a recuperar	9.311	18.948
Salário família a recuperar	2.463	1.770
Salário maternidade a recuperar	7.878	52.362
INSS a recuperar	620	620
ISS a recuperar	-	925
Contribuições sociais a recuperar	207	207
FGTS a recuperar	6.207	112.907
PIS a recuperar	578	578
<b>TOTAL</b>	<b>27.264</b>	<b>188.318</b>

#### 5) DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Crédito de Cliente a Receber Sub Judge (1)	763	191.548
Depósito Judicial-IRRF = (2) = (3)	81.383	18.191.276
Depósito Judicial Trabalhista	1.778.323	825.317
Contrato de Novação Dívida Receber Cliente	22.199	26.519
<b>TOTAL</b>	<b>1.882.668</b>	<b>19.234.660</b>

(1) Crédito de Clientes a Receber Sub Judge – refere-se a valores a receber de mensalidades dos alunos funcionários e/ou dependentes destes, em discussão quanto ao direito de crédito de bolsas de estudo pelas partes litigantes.

(2) Em 06/09/16 ocorreu a devolução e ou levantamento do Depósito Judicial IRRF AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6 (SC) / 0002426-83.1999.404.7206, Despacho/Decisão-Ofício nº 6735300 – SCLAG01, de 25/08/16 da 1ª. Vara da Justiça Federal de Lages, creditado na conta corrente 0420/003/00004538-0, Caixa Economica Federal, nos seguintes valores:

Somatório dos Depósitos – valor original – inicial/restante	R\$ 15.943.333,79
Total atualizado dos depósitos devolvidos	R\$ 31.239.379,82
Atualização taxa Selic	R\$ 15.296.046,03

### (3) Composição da conta Depósito Judicial IRRF

Conta 1110 – Depósito Judicial IRRF – saldo escritural	R\$ 19.349.612,99
Valor devolução e ou levantamento dos depósitos judiciais autorizados, realizados até 10/06/2014	R\$ 15.943.333,79
Valor dos depósitos judiciais realizados após 10/06/2014 transformados em pagamento definitivo – renda da União, conforme Despacho/Decisão – Ofício n. 6659170-SCLAG01	R\$ 3.325.096,37
Saldo escritural residual de Depósitos Judiciais com pedido de análise junto a Justiça Federal e Caixa Economica Federal.	<b>R\$ 81.182,83</b>

### 6) ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	31-12-2015	Adições	Baixas	31-12-2016
Terrenos (A)	159.469	-	42.000	117.469
Terrenos-Conta Reavaliação (A)	4.293.131	-	-	4.293.131
Edifícios (A)	5.532.683	-	-	5.532.683
Edifícios-Conta Reavaliação (A)	8.762.489	-	-	8.762.489
Instalações (A)	310.629	-	-	310.629
Benfeitorias (A)	1.764.817	37.042	-	1.801.859
Benfeitorias-Conta Reavaliação (A)	40.443	-	-	40.443
Construções Centro Ciências Saúde (A)	2.292.279	-	-	2.292.279
Reservatório para Água (A)	66.745	-	-	66.745
Reservatório para Água CTA. Reavaliação (A)	6.965	-	-	6.965
Terrenos - Sede Campo Belo	6.120	-	-	6.120
Edifícios - Sede Campo Belo	27.510	-	-	27.510
Ajardinamento e Paisagismo	33.156	-	-	33.156
Construção Centro Esportivo (A)	8.310	-	-	8.310
Construções em Andamento CCET	1.703.449	10.929.575	-	12.633.024
Equipamentos de Informática	2.769.545	14.963	-	2.784.508
Equipamentos de Laboratório	4.072.143	119.732	106.599	4.085.276
Equipamentos de Telefonia	139.451	-	-	139.451
Máquinas e Equipamentos	641.071	7.807	4.580	644.298
Móveis e Utensílios	2.203.081	28.957	13.323	2.218.715
Acervo Bibliográfico	3.063.275	109.595	14.631	3.158.239
Veículos e Acessórios	131.474	-	-	131.474
Adorno e Decoração	13.518	-	-	13.518
Equipamentos Eletrônicos	41.075	1.885	-	42.960
Equipamentos de Desporto	46.078	-	-	46.078
Equipamentos de Segurança	34.377	-	-	34.377
Equipamentos para Laboratório Línguas	16.451	-	-	16.451
Ferramentas	5.393	-	-	5.393
<b>Total Imobilizado</b>	<b>38.185.127</b>	<b>11.249.556</b>	<b>181.133</b>	<b>49.253.550</b>
Depreciações Edifícios	(1.039.794)	(94.546)	-	(1.134.340)
Depreciações Benfeitorias	(566.730)	(63.326)	-	(630.056)
Depreciações Instalações	(263.888)	(12.195)	-	(276.083)

Depreciações Reservatório para Água	(32.722)	(3.277)	-	(35.999)
Depreciações Edifícios CTA Reavaliação	(1.460.835)	(146.344)	-	(1.607.179)
Depreciações Benfeitorias CTA Reavaliação	(16.187)	(1.618)	-	(17.805)
Depreciações Reservatório p/Água CTA Reav.	(3.506)	(354)	-	(3.860)
Depreciações Ajardinamento e Paisagismo	(13.193)	(1.326)	-	(14.519)
Depreciações Equip. de Informática	(2.021.339)	(141.521)	-	(2.162.860)
Depreciações Equip. de Laboratório	(2.257.377)	(256.981)	260	(2.514.098)
Depreciações Equip. de Telefonia	(134.475)	(1.238)	-	(135.713)
Depreciações Máquinas e Equipamentos	(257.241)	(30.985)	1	(288.225)
Depreciações Móveis e Utensílios	(1.676.686)	(64.264)	70	(1.740.880)
Depreciações Veículos e Acessórios	(118.801)	(10.500)	-	(129.301)
Depreciações Adorno e Decoração	(13.518)	-	-	(13.518)
Depreciações Equip Eletrônicos	(26.765)	(2.138)	-	(28.903)
Depreciações Equip. de Desporto	(37.136)	(2.039)	-	(39.175)
Depreciações Equip.de Segurança	(34.223)	(147)	-	(34.370)
Depreciações Equip. p/ Laboratório Línguas	(16.451)	-	-	(16.451)
Depreciações Ferramentas	(5.027)	(62)	-	(5.089)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(9.995.894)</b>	<b>(832.861)</b>	<b>331</b>	<b>(10.828.424)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>28.189.233</b>	<b>10.416.696</b>	<b>180.802</b>	<b>38.425.126</b>

#### (A) GRAVAME POR HIPOTECA

Os bens imóveis identificados nesta Nota Explicativa, assinalados com **(A)**, estão gravados por hipoteca em favor das Instituições Financeiras explicitadas na Nota Explicativa 9.

**6.1.** A escrituração contábil da empresa aloca o valor depreciável dos ativos imobilizados em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta, calculado da seguinte forma: **A)** para os bens adquiridos até 31/08/2010, com base no saldo residual de cada conta de bem depreciável; **B)** para as aquisições de bens do imobilizado a partir de 01/09/2010 é calculado com base no valor de cada bem, controlado analiticamente no controle patrimonial de bens do imobilizado.

#### 7) ATIVO INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Software	721.537	-	-	721.537
(-) Amortização acumulada	(350.203)	(66.031)	-	(416.234)
<b>Intangível Líquido</b>	<b>371.334</b>			<b>305.303</b>

#### 8) BENS DE TERCEIROS – USO EM COMODATO

A Instituição possui bens de terceiros na condição de fiel depositária no montante de R\$ 322.430 que são utilizados em projetos de pesquisa nos termos de convênios celebrados com as seguintes Instituições:

Bens	Termo de Cessão de uso nº	Data	Valor do Bem R\$	Instituição Conveniada
Veículo Kombi - marca Volkswagen	01/2008	01/09/2008	41.089	FAPESC
Veículo Caminhonete - marca Ford Ranger	05/2009	14/04/2009	100.000	FAPESC
Condicionadores de Ar Split	10/2009	20/10/2009	24.030	FAPESC

Espectrofotometro de Absorção Atômico	10/2009	20/10/2009	195.000	FAPESC
Telas com Tripé	10/2009	20/10/2009	780	FAPESC
Telas Retrâteis para Projeção	10/2009	20/10/2009	612	FAPESC
Telefones sem Fio	10/2009	20/10/2009	288	FAPESC
Quadro Branco	10/2009	20/10/2009	380	FAPESC
Incubadora Biológica	05/2013	10/05/2013	20.250	Cointer
<b>TOTAL</b>			<b>382.430</b>	

Estes valores estão apropriados contabilmente em conta de compensação, os quais são apresentados líquidos entre ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

## 9) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### Posição em 31-12-2016

Banco	31-12-2016		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco Santander (2)	120.886	503.690	624.576
Banco do Brasil (3 - 4)	714.534	4.228.399	4.942.933
BADESC (5)	1.214.700	2.292.011	3.506.711
BRDE (6)	436.240	1.454.133	1.890.373
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>2.486.360</b>	<b>8.478.233</b>	<b>10.964.593</b>

Legenda	Finalidade	Nº do contrato	Data Liberação	Vencimento	Valor da Liberação	Taxa	Garantia
BR (1)	Capital de Giro	75374310099	15/03/07	21/12/08	1.000.000	Correção monetária CDI + juros de 6,17% a.a.	Penhor - duplicatas ou cheques
	Capital de Giro	96058370001	21/12/07	15/03/09	550.000	23,88% a.a.	Aval de administradores
BS/R(2)	Capital de Giro	855744996	12/09/07	15/03/11	2.916.381	16,075% a.a.	Penhora de direitos e Hipoteca de bens
	Capital de Giro	605772650	05/02/07	05/08/09	1.800.000	Correção monetária CDI + juros de 4,80% a.a.	penhor - duplicatas/ direitos creditórios + aval administradores
	Capital de Giro	584159235	18/10/06	18/10/09	510.000	25,340% a.a.	Penhor - duplicatas ou cheques + aval administradores
	Capital de Giro	528167322	16/12/05	15/12/09	424.000	Correção monetária CDI + juros de 6,00% a.a.	Aval administradores
ex	Capital de	2007/155199-3	03/10/07	03/10/11	6.000.000	Correção	Hipoteca

BESC(3)	Giro					monetária - TR + juros de 1,55% a.m.	de bens
BB (4)	Desconto de Cheques – Saldo Conta corrente	030705576			266.754,19		
BADESC (5)	Construção	2583674	16/02/01	15/03/12	1.300.000	TJLP + juros de 6,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens
	Construção	2583992	16/02/01	25/06/10	172.797	TJLP + juros de 7,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens
BRDE(6)	Construção/ investimento	212637602	31/10/01	15/07/11	2.178.403	TJLP + juros de 6,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens
	Construção/ investimento	218568602	03/12/07	15/07/11	320.340	TJLP + juros de 9,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens

#### Posição em 31-12-2015

Banco	31-12-2015		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco Banrisul (1)	118.428	98.690	217.118
Banco Santander (2)	120.886	624.576	745.461
Banco do Brasil (3 - 4)	722.670	4.878.931	5.601.601
BADESC (5)	1.083.944	2.050.292	3.134.236
BRDE (6)	438.493	1.863.595	2.302.088
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>2.484.421</b>	<b>9.516.084</b>	<b>12.000.505</b>

As obrigações por contratos de empréstimos contratados com Banco Santander, BADESC e BRDE, notadamente para aplicação em inversões fixas (construções) estão garantidos, com garantia real por bens da Instituição UNIPLAC.

A partir de outubro de 2008 a UNIPLAC, através do seu Departamento Jurídico, implementou discussão quanto as condições e cláusulas contratuais de operações de crédito contratadas com Instituições Financeiras, através de ações revisionais bancárias ajuizadas judicialmente, especialmente quanto a taxas de juros pactuadas nos contratos celebrados com o Banco do Brasil/ Banco Besc. Em decorrência da discussão judicial em curso, os encargos de atualização monetária e juros contratuais destas obrigações por empréstimos, foram reconhecidos somente até 31-12-2008.

Até o final do ano de 2016 a instituição celebrou acordos com as instituições financeiras, Santander, Banco do Brasil, BRDE, em condições compatíveis com o pedido de revisão do débito proposto pela Fundação Uniplac, referido no segundo parágrafo desta nota.

As obrigações por contratos de empréstimos celebrados com Badesc foram atualizados de acordo com a posição fornecida por esta Instituição ou condições contratuais, porém sem apropriação/incorporação de qualquer encargo por cláusula penal, decorrente de inadimplência por parte da Uniplac e não são objeto de ação revisional.



## 10) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Natureza	31-12-2016			31-12-2015
	Curto prazo	Longo prazo	Total	
Salários a Pagar	1.733.724	-	1.733.724	1.771.771
INSS a pagar	834.132	-	834.132	1.728.706
FGTS a pagar	275.724	-	275.724	566.240
Contribuição Sindical a Pagar	4.619	-	4.619	5.384
Parcelamento FGTS	858.486	1.646.425	2.504.911	1.459.760
Parcelamento INSS Proc. 39.553.217.5	-	-	-	55.477
Parcelamento INSS Proc. 12.256.608-4	-	-	-	2.310.167
Parcelamento INSS Proc. 12.219.233-8	-	-	-	380.743
Acordo Hora Atividade a pagar (1)	937.991	1.104.353	2.042.344	3.233.907
Parcelamento INSS Proc. 615950140	802.458	2.607.989	3.410.447	
Parcelamento INSS Proc. 616111673	147.843	492.808	640.651	
Parcelamento INSS a Pagar – Proies (2)	204.152	35.903.698	36.107.850	35.881.451
(-)-Encarg. Financ. Parc. INSS Proies a Apropriar	-	14.296.733	14.296.733	19.041.410
Provisão Reclamatórias Trabalhistas	-	2.204.296	2.204.296	2.630.841
Férias e 13º a Pagar	3.517.738	-	3.517.738	3.814.525
<b>TOTAL</b>	<b>9.316.867</b>	<b>29.662.836</b>	<b>38.979.703</b>	<b>30.983.037</b>

(1) Explicitado na Nota explicativa nº 17;

(2) A escrituração contábil reconheceu o montante total da dívida tributária confessada no processo de parcelamento Proies e a despesa financeira correspondente é reconhecida como despesa operacional de acordo com a competência da parcela paga ou creditada;

## 11) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

## Posição em 31-12-2016

Natureza	31-12-2016		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
IRRF a Recolher	644.547	-	644.547
PIS a Pagar	46.257	-	46.258
ISS a recolher	2.028	-	2.028
ISS a recolher Sub Judice	-	95.247	95.247
Contribuições retidas na fonte a Recolher	3.747	-	3.747
<b>TOTAL</b>	<b>696.579</b>	<b>95.247</b>	<b>791.827</b>

## Posição em 31-12-2015

Natureza	31-12-2015		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
1. IRRF a Recolher	632.173	-	632.173
2. IRRF a Recolher Sub Judice (2)	-	18.191.276	18.191.276
3. PIS a Pagar	46.232	-	46.232
4. ISS a recolher	43.332	-	43.332
5. Contribuições retidas na fonte a Recolher	13.739	-	13.739

6. Parcelamento Lei 11.941/2009 (1)	121.745	1.468.876	1.590.621
7. Parcelamento IRPJ PGFN Processo 13984-000191/2009-71 - CDA 91 2 09 002058-90 (1)	103.445	198.269	301.714
8. Parcelamento ISS	13.754	-	13.754
9. IRRF a Recolher em Parcelamento - CDA 91 2 10 001761-58(1)	1.950.267	436.317	2.386.584
10. (-) Adiantamento Pedido Parcelamento IRRF – PGFN - CDA 91 2 10 001761-58 (1)	1.539.684	-	1.539.684
<b>TOTAL</b>	<b>1.385.003</b>	<b>20.294.738</b>	<b>21.679.741</b>

(1) Dívida Tributária de IRRF, com cobrança judicial ajuizada e pedido de parcelamento da dívida junto a PGFN, protocolado em 04/02/2011, em 60 meses, aguardando homologação do pedido, inscrições/processo:

- Inscrição 91 2 10 001761-58 – processo 13984 000344-14, valor consolidado do débito na data do pedido do parcelamento = R\$ 2.052.912.
- Inscrição 91 2 09 002058-90 – processo 13984 000191/2009-71, valor consolidado do débito na data do pedido do parcelamento = R\$ 559.906.

Em setembro de 2014 a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, Processo Administrativo 19832.720036/2014-52, pedido e parcelamento deferido por despacho de 09 de março de 2015, Em decorrência da aprovação do pedido do parcelamento – Proies – este débito ficará remido a partir da data do deferimento do citado parcelamento.

Em 06 de janeiro de 2016, por despacho desta colenda Procuradora Seccional da Fazenda Nacional em Lages, no processo administrativo nº 19832.72036/2014-52, foi concedido remissão dos débitos de IRPF retido na fonte (IRRF) contidos nas CDAs nº 91 2 08-001256-73, 91 2 09 002057-09, 91 2 09 002058-90 e 91 2 10 001761-58, inclusive multa, juros e encargos legais incidentes sobre os débitos citados.

(2) Explicitado na Nota Explicativa 19.

## 12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Natureza	31-12-2016		31-12-2015
	Curto Prazo	Longo prazo	
Repasse DCE a pagar	11.288	-	51
Retenções Afeup a Pagar	55.739	-	55.215
Retenções Aduniplac a Pagar	3.205	-	4.812
Adiantamento de Clientes	1.061.245	-	1.901.625
Indenizações Trabalhistas a Pagar	156.221	-	169.396
Indenizações a Pagar	2.335	-	-
Depósitos de Terceiros a Identificar	-	-	361.925
Créditos de Terceiro a Reembolsar	359	-	-
Adiant. Mensalidade a Rec. Kimberly-Clark	-	-	3.400
Adiant. Mensalidade a Rec. Pref. De Lages	161.925	-	208.800
Adiant. Mensalidade a Rec. Proesde Regional	-	-	806.292
Adiant. Mensalidade a Rec. ND Digital	-	-	1.234
Adiant. Mensalidade a Rec. N5 Software	-	-	496
Adiant. Mensalidade a Rec. Hant Sol. Em Infor.	-	-	600
Adiant. Mensalidade a Rec. Tractebel energia	-	-	320
Adiant. Mensalidade a Rec. Art. 171 Licenciaturas	-	-	2.211.582
Adiant. Mensalidade a Rec. Pref. Ponte Alta do Norte	-	-	232
Adiant. Mensalidade a Rec. Flex Contact Center	-	-	750
Multa CLT – PGFN Processo 47620-000336/2010-19	48.273	-	96.627

Multa CLT – PGFN Processo 47620-000337/2010-63	41.838	-	80.684
Multa CLT – PGFN Processo 47620-000903/2012-07	27.340	70.628	111.284
Caução Construtora Viseu Ltda	4.773	-	510.114
Provisão Ações Cíveis		963.934	339.094
Cheques a Compensar CEF	2.473	-	2.861
Adiant. Mensalidade a Rec. Morgana Quevedo	213	-	-
Adiant. Mensalidade a Rec. Transportes Bernardo	51	-	-
Adiant. Mensalidade a Rec. Art. 171 FUMDES	4.091	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.581.369</b>	<b>1.034.562</b>	<b>6.867.394</b>

### 13) RECEITA DIFERIDA CONVENIOS A APROPRIAR

Natureza	31-12-2016		31-12-2015
	Curto Prazo	Longo prazo	
Convenio 2013TR003607 SDR Lages	-	1.094.070	1.266.181
Convenio 2014TR001448 SDR Lages	-	503.517	529.373
Convenio 2015TR001812 SDR Lages	-	12.502.285	4.000.000
<b>TOTAL</b>		<b>14.099.872</b>	<b>5.795.554</b>

### 14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Natureza	31-12-2016	31-12-2015
Doações e Subvenções Patrimoniais	350.743	350.743
Reservas de Reavaliação	13.366.594	13.514.519
Déficits Acumulados (1)	(2.189.272)	(35.256.141)
<b>TOTAL</b>	<b>11.528.065</b>	<b>(21.390.879)</b>

#### (1) Composição do Déficit

Natureza	31-12-2016
Déficit em 31/12/2015	(35.256.141)
Realização da Reserva de Reavaliação	147.926
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.299.442)
Superávit Apurado no Exercício	36.218.385
<b>Total</b>	<b>(2.189.272)</b>

### 15) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No curso do ano calendário de 2016, a Instituição reconheceu na escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores decorrente de fatos contábeis ocorridos em períodos anteriores e não reconhecido nas datas oportunas.

NATUREZA DO AJUSTE	VALOR EM R\$
<b>Ajustes positivos (aumento do superávit)</b>	
• Ajuste de despesas ref ao ano de 2015	16.597
• Reconhecimento de Receitas de adiantamentos	23.005

• Ajuste encargos Proies	7.877
<b>Ajustes negativos (redução do superávit)</b>	
• Encargos Parcelamento FGTS – anos 2012 a 2015	594.862
• Ajuste encargos Parcelamento Proies	2.752.059
<b>Total do ajuste em 2016</b>	<b>3.299.442</b>

## 16) DETALHAMENTO DA DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

### 16.1. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2016	31-12-2015
Bolsa de dependentes de funcionários	864.664	614.539
Bolsa de funcionários	269.292	217.762
Restituições de mensalidades, taxas e outras	77.807	120.328
Cancelamentos	207.312	196.902
Outras Deduções e Devoluções	16.372	-
Bolsa prouni/MEC	-	5.256
Bolsa extensão	14.203	368.998
Outras bolsas de estudos concedidas (1)	801.544	717.849
Bolsa dependentes funcionários por determinação judicial	1.073	-
Bolsa Pesquisa	5.630	112.038
Desconto Incondicional Financiamento Fies	634	-
<b>Total</b>	<b>2.258.531</b>	<b>2.353.672</b>

(1) Refere-se a bolsas de estudos: a) Bolsa estágio UNIPLAC, b) Bolsa FCJA, c) Bolsa Instituto Paternidade Responsável, d) Bolsas Ministério do Trabalho, e) Bolsa Museu, f) Bolsa SAAERS, Bolsa SIMPROESC, g) Bolsa Trabalho Fórum Universitário, h) Bolsa Trabalho IGP, i) Bolsa UNIPLAC, j) Bolsa UNIPLAC X ACIL, l) Bolsa UNIPLAC X Internacional, m) Bolsa UNIPLAC X Fundo Social, n) Bolsa PIBID e, o) Bolsa Aluno visitante – México.

### 16.2. DESPESAS OPERACIONAIS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2016	31-12-2015
<b>16.2.1 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS</b>		
A) Remuneração e outras verbas Salariais		
A1) Salários, férias, 13º Salário	28.907.605	30.047.433
A2) Despesas com reclamações trabalhistas	203.649	1.358.399
A3) Acordo hora atividade processo 01290200900712004	30.161	734.905
A4) Provisão Reclamatórias Trabalhistas	63.199	586.450
A5) Outras verbas salariais	134.074	148.503
<b>A5) Total remuneração e outras verbas salariais</b>	<b>29.338.687</b>	<b>32.875.691</b>
B) Encargos Sociais		
B1) INSS	7.476.765	7.700.549
B2) FGTS	2.824.607	2.520.879
B3) PIS	286.912	301.091
<b>Total Encargos Sociais</b>	<b>10.588.284</b>	<b>10.522.519</b>
<b>Total despesa com pessoal</b>	<b>39.926.971</b>	<b>43.398.209</b>
<b>16.2.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		

Serviços Técnicos Esp. De Auditoria	30.150	37.000
Serviços Técnicos Esp. Juridicos	675	2.401
Serviços de Terceiros pessoa física	427.810	468.179
Serviços de terceiros pessoa jurídica	898.258	1.152.676
Serviços de vigilância	392.620	554.498
Serviços de Contabilidade	136.777	123.838
Serviços de Consultoria	167.790	26.100
Serviços em Informática	312.760	1.528.844
Honorários Advogado Hora Atividade	249.474	1.224.587
Serviços de Limpeza	37.262	-
Material de Expediente	44.833	54.717
Material Limpeza/Consumo	133.785	208.671
Material Didático-Técnico	20.242	31.274
Material para a Manutenção	7.427	10.227
Material para Laboratórios	318.983	341.825
Energia elétrica	619.697	651.738
Água	74.694	93.782
Telefone	65.199	79.739
Cópias reproduções	45.168	74.788
Aluguéis e arrendamento mercantil	124.472	179.471
Despesas postais/malotes	14.447	16.812
Seguros	38.488	39.240
Depreciação	834.265	848.286
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.961.654	1.636.069
Eventos Culturais/Sociais	-	326
Viagens e estadas	98.270	324.482
Manutenção de móveis e equipamentos	92.860	105.157
Conservação e manutenção de instalações	245.478	450.911
Propaganda e publicidade	276.120	419.512
Fretes	7.999	6.118
Despesa com Patrocínio	500	-
Veículos e Combustíveis	18.212	33.277
Publicações Técnicas	3.175	2.390
Despesas com software	42.298	23.703
Taxas e Autenticações	1.511	4.175
Transporte Acadêmico	12.090	24.590
Despesas Repasse DCE	2.346	1.785
Bens de Uso Permanente	41.505	43.165
Doações e Contribuições Sociais	147.004	41.704
Desp. c/ Jornais e Revistas	-	55
Assinaturas e Mensalidades	179.437	40.978
Outras Perdas	97.104	3.769
Repasse convênio estágio curricular	-	240
Despesas com ações judiciais e indenizatórias	17.611	12.287
Multas Trabalhistas	-	116.212
Honorários de Sucumbência Acordo Hora Atividade	-	750.000
Provisão Ações Cíveis	624.840	144.784
Amortização de Software	66.031	58.587
Despesas Projeto Pronat	27.158	-
<b>Total - despesas administrativas</b>	<b>8.958.480</b>	<b>11.992.970</b>

<b>16.2.3 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>		
Reversão Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.081.855)	(342.359)
<b>16.2.4 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	44.535	33.971
<b>16.2.5 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
<b>a) Despesas Financeiras</b>		
A1) Juros passivos	652.646	297.752
A2) Desconto concedido	2.037.309	1.246.980
A3) Multas Fiscais	416.894	486.694
A4) Juros e tarifas Banco do Brasil	592.362	647.528
A5) Juros e tarifas CEF	93.855	105.132
A6) Juros e encargos s/financiamento – BADESC	372.476	296.184
A7) Juros e encargos s/financiamento – BRDE	282.944	305.639
A8) Encargos Financeiros Parc. Proies	2.226.895	-
A9) Outros encargos financeiros	555.965	102.444
<b>A10) Total despesas financeiras</b>	<b>7.231.345</b>	<b>3.488.352</b>
Receitas Financeiras	(2.239.971)	(1.101.212)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>4.991.374</b>	<b>2.387.140</b>
<b>Total</b>	<b>52.839.505</b>	<b>57.469.930</b>

### 16.3. TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2016	31-12-2015
Deduções da Receita Bruta	2.258.531	2.353.672
Despesas Operacionais	47.803.596	55.048.819
Despesas Tributárias	44.535	33.971
Despesas financeiras líquidas	4.991.374	2.387.140
<b>Total</b>	<b>55.098.036</b>	<b>59.823.602</b>

### 17) FILANTROPIA

Por deliberação do Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal, a Fundação Uniplac espontaneamente optou, a partir de 1 de janeiro de 2011, pela desistência da sua condição de Entidade Filantrópica, Ata N 012/2010, haja vista que a manutenção da Filantropia gera maior gastos que o benefício fiscal. A legislação pertinente determina que para os fins da concessão da certificação da filantropia a entidade de educação deveria aplicar anualmente em gratuidade, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida.

<i>Comparativo do benefício pela opção de desistência da filantropia</i>		
<i>Natureza</i>	<i>31-12-2016</i>	<i>31-12-2015</i>
1. Receita base de cálculo da aplicação mínima do percentual de 20% em gratuidade para manutenção da condição de filantrópica.	57.217.632	52.836.902
2. Aplicação de recursos em gratuidade - 20% sobre a base de cálculo - item 1.	11.443.526	10.567.380
3. Contribuição para a previdência social – INSS - cota patronal + sat + contribuição para terceiros incidente sobre salários de funcionários e pagamentos a autônomos.	7.476.765	7.700.548
4. Economia anual gerada pela desistência da filantropia.	<b>3.966.761</b>	<b>2.866.832</b>

## 18) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Instituição possui processos judiciais e administrativos em andamento, cujo prognósticos quanto à possibilidade de perda no seu desfecho, estão informados em relatórios da Assessoria Jurídica da Instituição, conforme divulgado a seguir:

### Posição em 31-12-2016

Natureza	Risco
Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança	<b>Risco possível</b> – valor R\$ 664.510; <b>Risco Provável</b> – valor R\$ 963.934. Refere-se a ações por indenização de danos morais, inexistência de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.
Discussão de natureza trabalhista	<b>Risco Provável</b> – valor R\$ 2.204.296.
Discussão de natureza trabalhista – hora atividade (1)	Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4

- (1) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA Nº GP/CR 300, de 12 de dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R\$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R\$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R\$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.

A escrituração contábil reconheceu o acordo celebrado e a apropriação das parcelas pagas são reconhecidas como despesa com pessoal e encargos de acordo com a competência de pagamento da parcela.

### Posição em 31-12-2015

Natureza	Risco
Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança	<b>Risco possível</b> – valor R\$ 656.513; <b>Risco Provável</b> – valor R\$ 339.094. Refere-se a ações indenização de danos morais, inexistência de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.
Discussão de natureza trabalhista	<b>Risco possível</b> – valor R\$ 5.000; <b>Risco Provável</b> – valor R\$ 2.630.840.
Discussão de natureza trabalhista – hora atividade (1)	Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4

- (2) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA Nº GP/CR 300, de 12 de dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R\$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R\$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R\$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.

A escrituração contábil reconheceu o acordo celebrado e a apropriação das parcelas pagas são reconhecidas como despesa com pessoal e encargos de acordo com a competência de pagamento da parcela.

### 19) DEPÓSITO JUDICIAL - IRRF VERSO IRRF A RECOLHER SUB-JUDICE

**AÇÃO ORDINÁRIA** (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6 (SC) / 0002426-83.1999.404.7206.

Em 06/09/16 ocorreu a devolução e ou levantamento do Depósito Judicial IRRF AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6 (SC) / 0002426-83.1999.404.7206, Despacho/Decisão-Ofício nº 6735300 – SCLAG01, de 25/08/16 da 1ª. Vara da Justiça Federal de Lages, creditado na conta corrente 0420/003/00004538-0, Caixa Economica Federal, nos seguintes valores:

Somatório dos Depósitos – valor original – inicial/restante	R\$ 15.943.333,79
Total atualizado dos depósitos devolvidos	R\$ 31.239.379,82
Atualização taxa Selic	R\$ 15.296.046,03

### 20) BENS E VALORES SEGUROS

Os valores dos bens segurados são determinados e controlados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

### 21) CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS

A Instituição não reconhece como devida a contribuição para a COFINS, com base da sua receita contra prestacional, haja vista o disposto no art. 14, inciso X, da medida provisória - MP nº 2.158- 35, de 24 de agosto de 2001, e é reconhecida a isenção da COFINS decorrente das receitas relativas às atividades próprias das instituições de: a) Educação e Assistência Social (imunes nos termos dos arts. 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da CF); b) instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações isentas ao Imposto de Renda e CSLL (art. 15 da lei 9.532/97); (c) fundações de direito privado criadas pelo poder público, consubstanciadas na **SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 21, DE 4 DE MARÇO DE 2013, (7ª Região Fiscal), D.O.U.: 08.04.2013**

### 22) TRABALHO VOLUNTARIADO

Foi reconhecido na escrituração contábil, serviços voluntários, pelo valor justo da prestação do serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro no curso do ano de 2016, no montante de R\$ 60.409,26.

### 23) RENUNCIA FISCAL

Os tributos objeto de renúncia fiscal em 2016 totalizaram R\$ 1.096.080,48, correspondente ao ISQN.

**24) Mudança ERP:** Em 13/08/2014, a Administração da Instituição autorizou a mudança do Sistema SICA e Sapiens para o Sistema RM, ainda em fase de adequação e implantação de módulos. Os módulos, controle orçamentário, controle fiscal e controle patrimonial serão implantados no curso do ano de 2017.

Os gastos com a adequação implantação do Sistema RM, **acumulado até 31/12/2016, montam em R\$ 4.128.984,53**, sendo: a) 2012 = R\$ 201.672,60; b) 2013 = R\$ 454.108,44; c) 2014 = R\$ 1.718.716,17; d) 2015 = R\$ 1.441.727,77 e, d) 2016 = 312.759,55.



25) Em setembro de 2014 a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, Processo Administrativo 19832.720036/2014-52, pedido e parcelamento deferido por despacho de 09 de março de 2015.

## 26) AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 20 de abril de 2017, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras.



Marco Aurélio de Liz Marian  
Presidente da Fundação Uniplac



Carlos Eduardo de Liz  
Diretor Executivo da Fundação Uniplac



EAC - ESMÉRIO CONTADORES ASSOCIADOS LTDA.  
CRCSC 002868/0-4  
José Sidney Ribeiro Esmério  
Contador CRCSC 007026/0-6